

PRINCIPAIS PARADIGMAS HISTÓRICO-CULTURAIS
DECIFRADORES DO LABIRINTO
IDENTITÁRIO BRASILEIRO,
NA OBRA *VIVA O POVO BRASILEIRO*
DE JOÃO UBALDO RIBEIRO

Juan Marcello Capobianco (UFF)
juandireito@yahoo.com

RESUMO

Na epopeia brasileira ficcional *Viva o Povo Brasileiro*, João Ubaldo Ribeiro constrói diversos personagens e os emblematiza de forma paródica em um sem-número de contextos ambientados ao longo de quase quatro séculos, criando verdadeiros paradigmas, imagens arquetípicas com tintas marcantes e satíricas. Deste modo, ao invés de optar pela construção de um romance histórico com personagens *reais*, opta pelo caminho inverso, num discurso mítico que reúne nos personagens e episódios a mescla dos elementos que integram a *identidade* do povo brasileiro. Este trabalho buscará uma análise de cada um dos principais personagens-paradigmas criados por Ubaldo para representar o percurso dos *vencidos*, numa narrativa que inverte as lentes para o ângulo da história não-oficial, o *reverso* da classe dominante e da cultura imposta. O objetivo é resgatar a riqueza identitária do povo brasileiro através de personagens ficcionais, que simbolizam e representam *inúmeros outros da vida real*, portadores – de forma dispersa – dos mesmos caracteres que o romance constrói sob um foco narrativo mito-fantástico.

Palavras-chave: Literatura brasileira. Identidade nacional. Cultura. Romance. Ficção.

1. Introdução

Quando se nos depara à vista a prodigiosa fecundidade da obra *Viva o Povo Brasileiro*, do escritor baiano João Ubaldo Ribeiro, onde a riquíssima epopeia brasileira se ergue num imponente calhamaço de mais de 600 páginas, a princípio parece tratar-se de um romance histórico.⁷⁸

⁷⁸ Foucault, retomando Nietzsche, fragmenta os possíveis sentidos da construção histórica: “O sentido histórico comporta três usos que se opõem, palavra por palavra, às três modalidades platônicas da história. Um é o uso paródico e destruidor da realidade que se opõe ao tema da história-rememoração, reconhecimento; outro é o uso dissociativo e destruidor da identidade que se opõe à história-continuidade ou tradição; o terceiro é o uso sacrificial e destruidor da verdade que se opõe à história-conhecimento. De qualquer modo se trata de fazer da história um uso que a liberte para sempre do modelo, ao mesmo tempo, metafísico e antropológico da memória. Trata-se de fazer da história uma contramemória e de desdobrar conseqüentemente toda uma outra forma de tempo”. (FOUCAULT, 1979, p. 33)

O juízo não é equivocados, desde que se considere o aspecto ficcional do discurso epopeico, que toma da grandiosa história de nosso povo e subverte os grandes discursos oficiais das elites, impostos ao longo de quatro séculos, numa malha narrativa fruto de laboriosa pesquisa literária, tanto no trabalho do linguajar épico-regional, quanto na reconstrução histórica a partir de paradigmas bastante significativos.

Lembra Zilá Bernd (2003, p. 81) com agudeza, que esta obra de Ubaldo não surgiu em 1984 por acaso. Era o ano em que se descerravam as cortinas de aço da Ditadura Militar, e a possibilidade de democracia acenava com maior liberdade. Diz a autora: “a proposta de releitura da história brasileira que a obra encerra só poderia ser encenada em uma atmosfera livre de quaisquer cerceamentos”.

Isto é notório quanto ao deslocamento ideológico-discursivo da figura do narrador – que sempre ocorre em terceira pessoa, salvo os diálogos e referenciais – no sentido de expressar o *pathos* do povo brasileiro em diversas épocas, com predomínio para o entorno oitocentista, falando diretamente como se se situasse na linha temporal *anterior*, e não desde o século em que o romance foi escrito.

Por isso, Ubaldo constrói suas imagens em tons crudelíssimos para o leitor moderno, num trabalho arquitetural de linguagem capaz de resgatar o *animus* local, não sacrificando a força de sua originalidade, como se pode ver nas passagens, que *grifei*:

O instituto da escravidão, que do sublime Estagirita já houvera merecido a mais sábia, judiciosa, perspicaz e *irrebatível* defesa, pois que se arraiga na *natural diferença* de índole e propensão entre raças e povos, não é, não foi, não pode ser, *jamais será estrangeiro à Igreja*. (RIBEIRO, 1984, p. 61)

(...) Responde, pedaço d’asno, bosta do demônio! E, se te deixo ao sol, por isso devias ter-me em melhor conta, pois que lá te faço um grande favor, que teus miolos não de estar acostumados a ser cozidos pelo sol das Áfricas e assim te confortas um pouco (...) macaco deslavado, não me faças feição alguma, *os negros não têm alma e têm tanto direito a expressar-se quanto o tem porcos e galinhas!* (...) (*op. cit.*, p. 20).

A primeira destas passagens reproduz a dicção do Cônego, que mantém relações com o Barão de Pirapuama, e encarna a figura representante do poder eclesiástico, o paradigma da religião, ou do que simbolizava na época. Não há extenso destaque para tal personagem no romance, mas em algumas pinceladas fica perfeitamente demarcada a opinião da *Igreja* sobre os assuntos mais palpitantes que a época comportava.

2. *A estrutura do romance e seu reverso ideológico*

O tecido narrativo do romance é estruturado através da reconstrução do discurso do excluído, onde a todo tempo a cultura popular, no conduto narrativo mito-fantástico, resgata e trabalha a hibridização étnica da formação identitária do povo brasileiro, mormente quanto à figura do negro.

Relendo a história e desfazendo os compartimentos estanques dos campos *social, cultural e político* que sempre foram distorcidos pelas elites dominadoras, ficção e memória perpassam a obra, onde os paradigmas que claramente denunciam tais falácias construídas por discursos hegemônicos estão alicerçados na sátira, na paródia e na ironia – que são, por certo, ferramentas aptas a amplificar o teor ideológico do *reverso da medalha* na recontagem da história, cujos mitos fundadores dispersos no tempo só podiam ser revividos pelo trabalho do romancista.

Quando a epígrafe da obra traz: “O segredo da Verdade é o seguinte: não existem fatos, só existem histórias”, demonstra que os acontecimentos históricos têm sido sempre escritos pelos setores dominantes da sociedade, que detinham a cultura escrita e patrocinavam os meios de poder encarregados de sedimentar *estas histórias*. No romance, Ubaldo dessacraliza o discurso oficial para dar voz ao dinamismo da oralidade popular, da riqueza inesgotável dos costumes, das tradições repassadas de mãe para filho⁷⁹, entre gerações.

Tal poder – substrato de suporte das classes dominantes, cujos tentáculos têm se ramificado ao longo do tempo não somente nos meios de produção e na economia, mas, sobretudo, no grande norte da sociedade, que é a cultura e a *informação* – vêm ao encontro das considerações de Darcy Ribeiro, que no ensaio “Sobre o Óbvio” (1979, p. 13-14) apontou magistralmente a sempre atual realidade de nosso povo, que é justamente o *reverso ideológico* condicionador de todo o foco narrativo trabalhado no romance de Ubaldo:

Falo da descoberta de que a causa real do atraso brasileiro, os culpados de nosso subdesenvolvimento somos nós mesmos, ou melhor, a melhor parte de

⁷⁹ É Nélda Piñon quem melhor descreve a mulher como criatura alijada da cultura história escrita, destacando seu papel de transmissora do patrimônio cultural da oralidade, renovada sempre pela preciosa memória, cultivada nos recessos da exclusão que vivenciou ao longo dos séculos. Por isso, diz que a mulher “(...) preservou os vestígios de uma memória ancestral(...)” pois, “(...)enquanto os séculos a envelheciam, a mulher zelava por reproduzir os ditames de sua visão particular da realidade”. (PIÑON, 2012, p. 13-14).

nós mesmos, nossa classe dominante e seus comparsas. (...) não há país construído mais racionalmente por uma classe dominante do que o nosso. (...) não é nas qualidades ou defeitos do povo que está a razão do nosso atraso, mas nas características de nossas classes dominantes, no seu setor dirigente e, inclusive, no seu segmento intelectual. (...) Eles tramam e retramam, há séculos, a malha estreita dentro da qual cresce, deformado, o povo brasileiro (...). (RIBEIRO, p. 13-14).

O *reverso ideológico* construído no romance de Ubaldo é precisamente a inversão do discurso da classe dominante para dar voz aos *olvidados*, em retratos de fortes tintas, numa epopeia rumorejando o fantástico e o grotesco.

Para desincumbir-se de tal mister, o autor se serve das *ferramentas* mais poderosas para expressar a voz que houve de ser silenciada no curso brasileiro dos séculos, que são as *figuras arquetípicas*, os *paradigmas e situações emblemáticas*, cujo aparente exagero conclama à reunião diversas situações extraídas da experiência de repasse oral da cultura, condensadas em personagens que, não obstante ficcionais, emblematizam *verdadeiros ícones da historiografia nacional*, abafada pela corrupção e pelo poder sobre a informação “cultura” e sobre os meios de produção, tônica em nossos registros.

2.1. O trabalho minucioso da linguagem

Ao inesgotável manancial que se pode extrair do conteúdo ideológico da obra, alia-se o arquitetural burilamento da linguagem épico-regionalizada, disperso em verdadeiros trechos de pinceladas poéticas, que evidenciam o trabalho da escrita fortemente *substantivada e terminológica*, transfigurada no tempo e no espaço, como nos exemplos:

Ora se não é Nego Lelê muito bem fatiotado, chapeirão de couro mole, burjaca toda catita, pantalonas mais que galhardas, gravata tipo plastrão, alcoaba repolhada, camisa de batista fino, ceroulas do melhor algodãozinho, um par de chapins lustrosos pendurado nos dedos, embotadeiras com ligas de cadarço jogadas no ombro- e as piores intenções! (*Op. cit.*, p. 112)

(...) as negras moças bailarinas da Guiné com seus saiões engundados para que se vissem os tornozelos cingidos de fitilhos e tranças de capim de cheiro, até muitos que haviam apanhado por fazerem batucajé e baterem tabaque escondido, até Nego Lelê, mosqueado de tabatinga e roxo terra, cabeleira empoada e saial de mangas roçadas em todas as cores. (*Op. cit.*, p. 129)

O romance resgata, igualmente, em inúmeras passagens, a transmissão do registro da oralidade, como na passagem: “Foi antes que bota-

ram os padres regular zizuítas para fora, le conto, hum-hum” (*op. cit.*, p. 67), e tantas outras, fruto de uma pesquisa evidentemente profunda.

2.2. As pátrias imaginárias e a memória atávica

Ainda que Ubaldo tenha insistido em diversas entrevistas, mesmo antes do lançamento, que *Viva o Povo Brasileiro* (RIBEIRO, 1984) “não é um romance histórico”, como recriação histórico-ficcional consegue reunir, ao longo do romance, as principais figuras paradigmáticas que integram a estrutura do povo brasileiro.

Ao se esmiuçarem, no tecido narrativo, os conflitos dilemáticos da instituição escravista em contato com a tradição sobrevivida do povo negro, os mitos fundadores da cultura dos africanos e seus descendentes ressurma com todo vigor em solo brasileiro.

Como pátria dos exilados, em Ribeiro (1984) o Brasil abriga a confluência de culturas que se espalham ao longo dos séculos, traçando com caracteres míticos a sobrevivência da memória através das narrativas dos idosos que vão sendo mantidas vivas. É uma verdadeira tentativa de recriar, no país, a pátria de origem, mantendo vivas as tradições culturais que distinguem o povo oriundo da África negra, sobretudo nos rituais religiosos pagãos e na história que vai sendo repassada para aqueles que, sucessivamente, vão nascendo em solo brasileiro e nutrido as *recordações atávicas* de um passado vivo, mas irrecuperável em seu status de origem.

3. Os paradigmas histórico-culturais

Ao compor personagens e situações ressaltando aspectos profundos que compõe o arsenal de *realidade* que ficou à margem de nossa cultura oficial, e servindo-se do mito, do fantástico e do paradigma, o autor dimensiona a abrangência destes mesmos paradigmas para muito além dos personagens e situações, e, ademais, para melhor exemplificar o aspecto simbólico, toma de algumas cidades da Bahia como centro de onde se irradia toda – ou quase toda – a narrativa.

Assim, se refere (*op. cit.*, p. 15) às “almas jovens desencarnadas”, que “sem aviso cedem a um primeiro impulso e por engano entram na barriga de uma cabra ou jega ou num ovo de galinha”, pois “a alma não aprende nada enquanto alma, necessita da encarnação para aprender”.

Tais almas ficam “descansando antes de subir para o Poleiro das Almas, onde, mais cedo ou mais tarde, terão de vencer um grande medo e encarnar outra vez”.

O autor, ao subverter o vocabulário litúrgico-católico, que remonta no Brasil aos jesuítas⁸⁰, introduz a doutrina milenar da Metempsicose, “conceito filosófico que define a ideia segundo a qual uma mesma alma pode animar, sucessivamente, corpos diversos, sendo humanos, animais ou plantas”. (LALANDE, *apud* PEREIRA, 2010, p. 64). Tal princípio, ínsito na tradição antiga, povoou e nutriu o imaginário popular dos mais distantes rincões da terra. Sua antiguidade é imemorial, pois no contexto da tradição histórico-filosófico-doxográfica, entre os pensadores que levantaram o debate sobre a metempsicose, temos Píndaro, Heródoto, Hígino, Sófocles, Aristófanes, Luciano, além de Platão, que a divulgou, fundamentando seu ensino nas informações pitagóricas. (*Op. cit.*, p. 64).

Através do discurso paródico, o romancista baiano mistura os conceitos e exagera nos contornos, tomando de uma espécie de *ironia lúdica* para as ideias de transmigração de almas, presentes até os nossos dias no imaginário misterioso e de diversas tradições religiosas marginais que integram a cultura brasileira.

Até mesmo a referência ao “Poleiro das Almas” – como região para onde vão as almas após o desencarne – realiza sátira sutil ao céu dos católicos escravocratas como poleiro (onde ficam as galinhas), animais igualados ao escravo negro em diversos discursos de violento racismo que permeiam o romance.

3.1. Perilo Ambrósio, o Barão de Pirapuama

Quando o autor introduz um dos personagens centrais da trama, Perilo Ambrósio Góes Farinha, marca-o com caracteres profundamente emblemáticos. Traça o contorno do colonizador português já vivendo em terras brasileiras, vicioso e glutão (“o atrapalhava a boca ingurgitada de toras de toucinho com farinha que calcava com ânsia por todos os espaços da boca (...).”). Adiante, diz que “jamais (...) existirá em toda a Terra carne suficiente para matar a fome por aquele pedaço usurpado e arran-

⁸⁰ A Companhia de Jesus, ordem de padres católicos fundada em 1534 por Inácio de Loiola, enviada para o Brasil os primeiros jesuítas no ano de 1549, com a expedição de Tomé de Souza. (Cf. AGNOLIN, 2007, p. 18)

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

cado à força” (*op. cit.*, p. 19-20), o que, ironicamente, demonstra a animalidade cega do personagem, justamente aquele que o tempo todo impreca sem piedade contra os negros, “pedaços de asno, bosta do demônio”. (*Idem, ibidem*)

Perilo Ambrósio, mais tarde Barão de Pirapuama, é aclamado *herói* da forma mais covarde, cruel e criminosa: mata um de seus escravos negros e, “lambuzando-se” com seu sangue e mandando decepar a língua do outro negro, que servira de testemunha, apresenta-se diante dos tenentes brasileiros que haviam vencido a batalha pela independência, em 1822, usando de um discurso de exacerbada ironia, onde mente dizendo ser *seu* aquele sangue, e renega sua pátria portuguesa (“se lá vi a luz, cá no Brasil foi que vi a vida”). (*Op. cit.*, p. 23)

Com isso, vem a enriquecer e construir reputação; entretanto, mesmo no reino ficcional, fica ruidosamente clara a construção das bases brasileiras de poder alicerçadas na *mentira histórica*. Quantos barões fizeram carreira “nobre” com discursos inversos à realidade? Com a emblematização do personagem, tais aspectos recrudescem, e fica patente até mesmo o analfabetismo do escravo, cuja língua mutilada foi suficiente para evitar que revelasse qualquer coisa. Vê-se a oposição clara entre o registro oficial, escrito e deturpado, e a verdade na forma oral do escravo, silenciada por um gesto de violência criminosa. Desde então, é nesses moldes que o registro tradicional tem sido elaborado.

Na composição da figura de Perilo/Barão, ainda se faz presente o estupro contra uma negra escrava, comum em épocas em que a barbárie do abuso sexual não acarretava qualquer tipo de sanção para o dominador.

Dentro destes referenciais, é inevitável que o leitor não traga à memória alguns dos tantos personagens que enfeitam os livros da história do Brasil, e que consolidaram discursos de *heroica e virtuosa nobreza*, bem similares ao Barão de Pirapuama.

3.2. Amleto Ferreira “Dutton”

Na seara dos padrões arquetípicos que marcam o romance epopeico, destaca-se a figura de Amleto Ferreira⁸¹, guarda-livros do Barão de

⁸¹ Zilá Bernd (2003, p.92) diz que Amleto Ferreira incorpora o papel “da burguesia emergente do início do século XIX”, o que mostra até que ponto o romance aqui estudado foi *completo*, ao abor-

Pirapuama, “mulato sarará, magro e um pouco melhor falante do que seria conveniente”. (*Op. cit.*, p. 56).

Nele, dá-se o reverso do barão português: é o fruto da miscigenação que, oriundo da pobreza, encarna a figura da ambição, da mentira e do crime, humilhando os negros – cuja origem lhe é inegável – e erguendo-se economicamente por meio de furtos reiterados à Perilo Ambrósio, Barão a que serve como funcionário. Destaca-se, na forte caracterização paradigmática (ademais, presente em todo o romance), o curioso e progressivo desaparecimento de qualquer remorso quanto a esses crimes:

Pensando sobre como ganhara tanto dinheiro, já nem admitia para si mesmo, a não ser vagamente e a cada dia com menos frequência, que desviara os recursos do barão e se apropriara de tudo em que pudera pôr as mãos, em todo tipo de tranqüibéria possível. (*Op. cit.*, p. 203)

Além de uma situação de estupro, que compõe a figura do dominador, similar a Perilo Ambrósio, Amleto completa a miserabilidade moral chegando ao ponto de renegar a própria mãe:

– Que é que estás a fazer aqui hoje? Logo hoje? Já não te disse para não vires aqui a não ser quando te chame? Que queres hoje, não tens tudo arranjado? Dona Jesuína (...). Que mais quer que diga, quer que fale, que mais quer que dê? (...) - Jesuína sou, mas também sou tua mãe. (*Op. cit.*, p. 208-209)

Tamanha é a vergonha de suas origens, que Amleto falsifica sua própria certidão de batismo, forjando uma ascendência inglesa:

Recordou com prazer o dia em que o padre-adjutor do Vigário Geral o procurou no escritório, enfiando com nervosismo a mão pelas dobras da sotaína para sacar a certidão de batismo falsa, tão meandrosamente obtida. (...)

Tomou o papel, chegou a fazer-lhe um pequeno rasgão numa das margens, tal a avidez com que o desenrolou, leu em voz alta. – Amleto Henrique Nobre Ferreira-Dutton! Ferreira-Dutton! Não achou Vossa Reverendíssima que soa bem, soa muitíssimo bem? (*Op. cit.*, p. 206)

Tal expediente se mostra fortemente emblemático porque traduz a inversão presente na história oficial, nos relatos escritos pelos acadêmicos, nos estudos dos institutos, em relação à realidade dos fatos. “Não existem fatos, só existem histórias”. No episódio datado de 1972, quando os descendentes de Amleto Ferreira encomendam um profundo estudo genealógico sobre a linha ascendente da família, os traços da *fraude* de

dar tão diretamente os *principais* arquétipos da história cultural brasileira, com suas nuances e peculiaridades mais marcantes.

tal forma se apagaram, que os resultados louvam uma “linhagem nobre da família” que se apresenta acima de qualquer suspeita:

É necessário manter o senso de família, o senso de estirpe. Pegou de novo o estudo sobre os Ferreira-Duttons feito pelo British-American Institute for Genealogical Research, que estivera mostrando ao Chagas Borges, na esperança vã de que ele calasse a boca. Os gringos sabem fazer as coisas, nunca que uma coisa dessas ia poder ser feita, com esta categoria, no Brasil. (*Op. cit.*, p. 565)

Não é outro o pensamento de Darcy Ribeiro, quando alude ao autodesprestígio a que o brasileiro é doutrinado a entronizar pelo discurso massivo da classe dominante, quando diz, ironicamente que “(...) nós, brasileiros, somos um povo de segunda classe, um povo inferior, chinfrim, vagabundo” (*op. cit.* p. 12). Este é o discurso que é imposto e ensinado ao povo brasileiro, para que sempre relacione seus problemas à própria culpa, e jamais ao *verdadeiro* opressor. Com essa manobra, o poder se consolida no próprio discurso equivocados do povo.

A perspicácia da *contradição irônica*, na passagem do romance de Ubaldo está, precisamente, em demonstrar como, apesar de “elogiado”, o trabalho de pesquisa genealógica feito pelos ingleses estava *totalmente viciado em suas fontes*.

Recorrentes são os exemplos, na historiografia brasileira, que apresentam caracteres semelhantes ao personagem de Amleto Ferreira. O prodígio de Ribeiro (1984) está em mitificá-los paradigmaticamente em uma única figura, parodiando o discurso oficial e chamando à atenção para, além dos brancos portugueses, aqueles que tinham vergonha de sua miscigenação e que tudo faziam pela riqueza, a despeito de toda imundície moral e total falta de ética e honestidade.

3.3. O canibalismo – caboco capiroba

Já se encontra profundamente entronizado no imaginário popular moderno a descrição histórica da figura antiga do *canibal abominável*, à semelhança de um primitivismo beirando a pura animalidade. Em cima desta problemática, que ainda causa horror à maior parte das pessoas, foi construído um discurso de combativo repúdio ao homem que vivia no Brasil nos primeiros séculos após o descobrimento, fosse o índio ou bem as primeiras miscigenações que foram ocorrendo, como os caboclos e cafuzos.

Muita matança cruel foi perpetrada sob a couraça protetora de “combater o inimigo *animal*”, sem considerar em momento algum as peculiaridades da cultura desses povos.

Em Ribeiro (1984), o escritor reconstrói a visão dos fatos pelo ângulo do Caboco Capiroba⁸², mescla de negro com índio (cafuzo), que é dado à prática do canibalismo, comum na cronologia em que se passa o episódio (em 1647, época da invasão dos holandeses).

Desse modo, em vez da figura horrenda do *selvático animalizado*, mas com ironia e sátira, surge um *Caboco* de raras habilidades nos quitutes culinários do canibalismo, quando o narrador descreve as diversas pessoas “degustadas” pelo personagem, uma delas “de peito demais rijo e um travo de almíscar, porém de louvada excelência nos guisados e vian-das de panela funda”, ou ao matar um padre a porrete, salgando sua carne ao sol, quando prossegue:

Dos miúdos prepararam ensopado, moqueca de miolo bem temperada na pimenta, buchada com abóbora, espetinho de coração com aipim, farofinha de tutano, passarinha no dendê, mocotó rico com todas as partes fortes do peritônio e sanguinho talhado, costela assada, culhõesinhos na brasa, rinzinho amolecido no leite de coco mais mamão, iscas de fígado no toucinho do lombo, faceira e orelhas bem salgadinhas, meninico bem dormidinho para pegar sabor, e um pouco de linguça, aproveitando as tripas lavadas no limão (...). (*Op. cit.*, p. 37)

O tom surreal e grotesco do episódio se mescla à forma como os selvagens enxergavam o homem holandês, que “(...) se comportava como um caititu demente, insistindo em mostrar os dentes e coíchar seus sons incompreensíveis(...)”. (*Op. cit.*, p. 44)

A história atinge momentos chocantes de tensão dialética entre os modelos impostos do homem europeu civilizado e do selvagem visto como um animal, em passagens onde o holandês é avaliado friamente, invertendo os discursos: “As mulheres e as meninas o beliscaram, avaliaram a carne, acharam melhor fazer o abate logo, antes que o peso caísse demais, estava se vendo que era um animal doente”. (*Op. cit.*, p. 44)

⁸² Significativa é a observação de Zilá Bernd, quando se refere ao personagem do Caboco Capiroba, “uma espécie de reescritura de Macunaima, que se deleita com a prática da antropofagia” (BERND. 2003, p. 84), o que faz referência não somente à construção da identidade nacional, que foi pioneira em Macunaima (1928), mas ao Manifesto Antropofágico escrito por Oswald de Andrade no mesmo ano, marco da revolução literária no Brasil.

O paradigma do Caboco Capiroba se assenta no desprezo do colonizador/imigrante pela cultura local, na mimetização século após século das ideologias que sempre situaram os antigos habitantes do país como *animais*, e, de forma notória, o destaque para o fato de que cada povo tem sua identidade, sua cultura, e que, mesmo num contexto violento de canibalismo, existia uma *vida organizada* por trás da aparente *bestialização*.

Quantos povos, no Brasil dos primórdios, foram massacrados em seus costumes, culturas e tradições – e mesmo mortos – como se mais que bárbaros, fossem verdadeiros animais irracionais perigosos, cuja recomendação era para exterminá-los o mais breve possível?

Trabalhando, em rasgos de sátira hiperbólica, um contexto de canibalismo com requintes *além da imaginação*, o escritor elabora o paradigma da necessidade incontornável de sempre buscar uma visão pelo ângulo do *outro*.

3.4. A sabedoria popular da tradição no idoso

A tradição milenar das civilizações antigas privilegiava a cultura valiosa que era repassada oralmente pelos mais idosos, numes tutelares venerandos de sabedoria, responsáveis pelo repasse de experiências e elementos da identidade de suas comunidades e povos.

A personagem *Dadinha*, negra e ex-escrava, completando cem anos, no episódio datado de 10 de junho de 1821 (*op. cit.*, p. 62), encarna parodicamente a confluência simbólica de vários modelos: a sabedoria do idoso, a velha mulher *feiticeira*, a cultura da predição do futuro – pois ela prevê com precisão a data da própria morte, e não erra – e a sobrevivência dos valores da tradição religiosa ritualística, ao receber as entidades de seus antepassados.

A elaboração do episódio é fluente de oralidade, onde a voz narrativa se apropria de um tom fantástico que perpassa o tempo inteiro a mais autêntica tradição de ritual religioso, incorporando o linguajar típico a ponto de causar estranheza:

Danguibé, cobra do mato! Hiu-hê, ssssiu! São Lourenço é o tempo, é daqui! Obessém no céu, muito do enfeitado! Avriquití, ui, ui, ui, ui! Vamos com Dão Pedro debaixo do pau de loco, tocando no amelê e nosso batá-cotó, viva o reis da Bissínia, bom caboco Salimão Darissa, da terra da Abobra!. (*Op. cit.*, p. 66)

O papel algo missionário de manter viva a riqueza da tradição do povo negro é evidente quando Dadinha prevê que vai morrer, e assevera:

– Eu vou ter de contar isso que já contei a um, já contei a outro, um pedaço aqui, outro acolá – disse ela, respirando fundo e abrindo os olhos. – Por isso mesmo, para não ser tudo misturado e ninguém se lembrar coisa com coisa logo depois que eu morrer, que eu vou contar o importante, respondo pergunta, digo preceito.

Compreenderam então que Dadinha ia mesmo morrer e se ajeitaram para aprender tudo o que pudessem e não envergonhá-la na hora da despedida (...). (*Op. cit.*, p. 64)

O romancista consegue incluir, simultaneamente, a memória da idosa e a religião que incorporava as entidades de seus antepassados, na passagem em que Dadinha começa a falar, e que grifei: “Não eram entidades, *pelo menos no início*, quando sua voz cheia de curvas e picos rompeu o silêncio”. (*Op. cit.*, p. 64)

3.5. A revolucionária Maria da Fé

A figura mítica do revolucionário que luta pela salvaguarda de seu povo, guardando ecos com a figura de Joana d’Arc, Antonio Conselheiro e Maria Quitéria, é vivenciado por Maria da Fé, filha mulata que resultou do estupro de sua mãe, a “negrinha Vevé”, pelo Barão de Pirapuama – Perilo Ambrósio.

Simbolizando a ligação que os portugueses mantinham com a religião, seguindo suas liturgias, a despeito dos crimes e violências inenarráveis, a data do estupro é calculada pelo próprio avô, Negro Leléu, para saber o dia em que nasceria a criança, mencionando, *ironicamente no mesmo contexto*, elementos católicos: “(...) era muito fácil lembrar o dia em que o barão comeu a negrinha a pulso, véspera de Santo Antônio, festas antigas da baronesa(...)”. (*Op. cit.*, p. 225)

A criança, Maria da Fé, transforma-se mais tarde na heroína que enfrenta o poder dominante para fazer parte, junto a outras mulheres e homens, *da Irmandade do Povo Brasileiro*, que a narrativa não esclarece e cerca de uma aura misteriosa:

Foi também tudo muito sonoro, tão melódico que nada mais se escutou dentro da casa da farinha, dizendo uns que ali, naquela hora, se fundou uma irmandade clandestina, a qual irmandade ficou sendo a do Povo Brasileiro, outros dizendo que não houve nada, nunca houve nada, nunca houve nem essa casa dessa farinha desse engenho desse barão dessa armação, tudo se afigurando mais labiríntico a cada perquirição.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

O temperamento diferente e revolucionário de Maria da Fé (ou Dafé) surpreende a todos quando aparece no enterro de seu avô, disfarçada de capitão, desafiando o Exército.

No processo de construção da identidade do povo brasileiro, a mulher revolucionária encarnada na personagem Maria da Fé possui imediata referência a *Maria Quitéria*, nascida em Feira de Santana – Bahia, que, por seus instintos guerreiros, é levada a participar na luta da independência brasileira contra os portugueses, quando se veste de homem e alista-se com o nome de Medeiros, no Batalhão dos Voluntários do Príncipe. Foi a primeira mulher a ingressar nas Forças Armadas, exemplo de bravura que fez o próprio imperador D. Pedro I condecorá-la pessoalmente com a Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul, em 1823. (Cf. PALHA, 1962, p. 47-51)

A história da personagem do romance de João Ubaldo reúne diversos caracteres que remetem à *lembrança* de Maria Quitéria, mas problematiza outros elementos cruciais e as diferencia, como a recusa da realização afetiva em nome da luta pela pátria, que se dá com Dafé, mas não com Quitéria, que vem mais tarde a casar-se.

A cena da separação definitiva entre Maria da Fé e seu grande amor, Patrício Macário, coloca a luta pelo ideal da pátria tão *acima das justificativas*, que Dafé reduz a explicação nestes termos, quando Macário tenta dissuadi-la a não partir: “– Não é uma questão de aceitar, é uma questão de ser assim. Não é uma coisa que eu quero, mas uma coisa que tem que ser”. (*Op. cit.*, p. 449)

A inversão presente na história da classe dominante é notadamente clara na passagem onde se organiza Companhia especial, “destacada para liquidar a famosa bandida Maria da Fé, que continuava a semear o terror e a desordem em todo o Recôncavo e até mesmo no sertão”. (*Op. cit.*, p. 320)

Desse modo, reunindo fragmentos de personagens reais da história com outros que foram alijados do discurso oficial hegemônico, firma-se o paradigma da mulher guerreira que abdica de sua vida pessoal e se torna lenda na defesa de seu povo, com sua história contada geração após geração pela sabedoria popular.

3.6. O militar honesto – Patrício Macário e Zé Popó

Em Patrício Macário se encarnam vários dos elementos fundadores da construção do ideário de identidade nacional do brasileiro. Filho caçula do corrupto Amleto Ferreira, Macário, mulato como o pai, subverte o status do poder que goza de nascença, e realiza percurso diametralmente inverso ao de Amleto. Transgride o *mundo-verdade* dos vencedores para rumar ao *mundo-mentira*⁸³ dos vencidos – o povo.

Para puni-lo, o pai Amleto o envia para o combate militar, onde faz carreira e sobe de posto até sagrar-se general. Quando vem, futuramente, a envolver-se com Maria da Fé, mesmo após a separação o ideal heroico de honestidade permanece em seu caminho.

Não por acaso, é a ele que cabe, na condição de elemento de ligação – já idoso e com extensa família – ser o último depositário da *canastra*, espécie de baú de memórias destinado à perpetuação do universo cultural da história dos vencidos, que vem sendo legado a diversos personagens que integram a trama de construção desta história *à margem*.

Assim, a identidade do povo brasileiro se mostra mediada pelo confronto dos antagonismos e pela prevalência do justo à custa de confronto e luta.

Outra ambiência vivida por Patrício Macário se dá quando presencia, em uma encruzilhada, um ritual africanista de “feitiçaria”, manifestando interesse. Mais adiante, visita Rita Popó, que conhecera encabeçando o episódio, e fica em sua casa alguns dias em *retiro espiritual*, meditando, lendo e purificando os pensamentos. Rita Popó, através da experiência vivenciada por Macário, demonstra ser a encarnação da sabedoria do povo iletrado, paradigma que acompanha a história de nosso país desde os primórdios: “Sim, estranhíssima mulher, rude e analfabeta e ao mesmo tempo sábia, não só em coisas de seu ofício de feiticeira como em outras, que não se esperariam de gente como ela”. (*Op. cit.*, p. 522)

No personagem de Zé Popó, militar que combate no Paraguai junto a Patrício Macário, trava-se cena significativamente arquetípica para a *transgressão do relato histórico oficial*.

⁸³ A referência diz respeito ao discurso oficial da historiografia imposta pelas classes dominadoras.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Regressando da batalha, Zé Popó é recebido com honrarias em cerimônia pública, orgulhando João Popó, o pai vaidoso e refém das aparências sociais que consolidam o engodo e falseiam os acontecimentos. O mal-estar para o pai começa quando Zé Popó recusa sentar-se em assento de honra que a ele tinha sido reservado:

Declarou que não via motivo para sentar-se em lugar diverso do de seus companheiros, que tinham tanto merecimento quanto ele e, além do mais, o merecimento na guerra nem sempre é reconhecido onde realmente se manifesta. (*Idem, ibidem*, p. 419)

Quando pede ao filho que discurse, João Popó lhe entrega o discurso que levará dias redigindo em meio às fantasias heroicas de guerra – sempre com as fortes tintas da narração de João Ubaldo, o que transparece na passagem:

Pequena palestra esta que, cobrindo miudamente cinquenta e seis folhas de papel almaço, João Popó já tinha preparado ao longo de meses de labor exaustivo, em que muitas vezes sentiu febre e foi obrigado a levantar-se da escrivaninha, tamanha a exaltação que lhe vinha da narrativa das glórias brasileiras. (*Idem, ibidem*, p. 419)

Zé Popó recusa o discurso escrito e, perguntado sobre qual imagem mais lhe ficara gravada, em meio às “ricas experiências como herói da pátria”, o jovem militar declara: “as bicheiras”, e descreve com requintes de detalhes o grotesco dos vermes das moscas varejeiras que infestavam os alimentos dos combatentes, falecidos em situações teratológicas. Realiza verossímil e cruel relato de guerra, onde conta que

alguns camaradas foram comidos vivos, seus corpos, seus rostos, suas vísceras cevando aqueles bichinhos, causando-lhes no início comichões que os levavam a arrancar nacos de sua carne apodrecida e depois dores fortíssimas, que tinham de arrostar na solidão, pois que nem os médicos se aproximavam deles. (*Idem, ibidem*, p. 421)

Além de afrontar a historiografia oficial das *heroicas e nobres batalhas*, os personagens de Patrício Macário e Zé Popó revelam a firmeza de caráter das *vigas mestras* que lutaram pela integridade do país, transgredindo as posturas dominantes e demonstrando – ainda que o romance seja ficcional – como sempre caminharam paralelamente o poderio dominador dos corruptos e a chama idealista daqueles que pretendiam o melhor de si para a construção de uma verdadeira *nação brasileira*.

4. Conclusão

Diversos e intrincados são os personagens e situações do romance *Viva o Povo Brasileiro*, insertos nos mais diversos contextos socioculturais que perpassam a trama de epopeia que atravessa a história em quase quatro séculos.

Neste trabalho, sem a pretensão de abordar *todas* as construções paradigmáticas que se enriqueceram do arcabouço fantástico da linguagem mítica de João Ubaldo, objetivou-se traçar um panorama dos *principais* sujeitos iconográficos da trama, representantes de uma história marginal à repassada pelos meios oficiais há séculos.

Dentro da construção cultural e identitária do povo brasileiro, estes personagens incorporaram caracteres paródicos, humorísticos⁸⁴, satíricos, irônicos, contestadores – como na alusão a que a Igreja Católica *jamais* renegaria o instituto escravista – igualmente de tradições dos rituais religiosos africanistas, dentre outros mecanismos narrativos simbólico-referenciais. Conclui-se, na seara deste trabalho, que a riqueza do patrimônio da gênese cultural multifacetada que permeia a história brasileira deve ser relida na contramão do discurso oficializado e massivo, resgatando a prolífera confluência de lendas, histórias vividas e transmitidas entre gerações, lutas inclementes, personagens realmente heroicos e outros – assim apresentados – mas em cuja corrupção superlativa encontra-se o germe dos conflitos que atravessam eras de lutas e se debatem ainda no contemporâneo de nosso povo.

Através de fortes tintas arquetípicas, o romance procura despertar não somente para os personagens direta e nominalmente citados – eis que são ficcionais – mas principalmente para todos aqueles que são abundantes e numerosos nos relatos históricos que as classes dominantes trazem de forma determinante e maniqueísta, e que se encontram *simbolizados* em toda a ficção prodigiosa de *Viva o Povo Brasileiro*.

Talvez seja essa a força magistral da obra, ou uma das mais relevantes, pois sua releitura sempre tende a inspirar exemplos que não se desgastam porque não trazem referenciais nominais *reais*, constantes na

⁸⁴ Quando, por exemplo, o Caboco Capiroca prepara “colhõezinhos na brasa” (*op. cit.*) ou quando, pela ocasião da extração de óleo das Baleias de propriedade do Barão de Pirapuma, o cheiro no local é tão insuportável, que o narrador emblematiza: “(...)caldeiras de fazer óleo baforam lufadas encardidas de uma fumaça impossivelmente fedentina (...), mais a inhaca de seiscentos demônios(...)” (*Op. cit.*, p. 97)

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

História. Ao recorrer à fantasia, o romance abriga a mundividência do *mito inesgotável*, sempre possível de ser trazido à baila nos personagens contemporâneos das *classes dominantes* que encarnam tão emblematicamente os mesmos vícios do passado, apontados com percuciência – inclusive – por Darcy Ribeiro, e retomados no intrincado e longo tecido ficcional de João Ubaldo Ribeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNOLIN, Adone. *Jesuítas e selvagens – a negociação da fé*. São Paulo: Humanitas, 2007.

BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. *Microfísica do poder*. Trad.: Roberto Machado. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PALHA, Américo. *Soldados e marinheiros do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1962.

PEREIRA, Angelo Balbino Soares. *A teoria da metempsicose pitagórica*. 2010. Dissertação (de mestrado). – Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas, Brasília.

PIÑON, Nélda. *O presumível coração da América*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

RIBEIRO, Darcy. Sobre o óbvio. In: _____. *Ensaio insólitos*. Porto Alegre: L&PM, 1979.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. São Paulo: Círculo do Livro, 1984.